

Pobreza urbana e cidade média não metropolitana: Construção de um índice de pobreza multidimensional para Varginha/MG

Joice Zentner de Brito – Mestranda em Gestão Pública e Sociedade - PPGPS/UNIFAL-MG
Fernando Pereira – Docente do PPGPS/UNIFAL-MG

RESUMO

Este artigo tem como objetivo elaborar um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para Varginha/MG, no Sul de Minas Gerais, a partir de metodologia de Alkire e Foster. A realização desta pesquisa reconhece a importância de estudarmos a pobreza em cidades médias, localizadas em regiões ricas não metropolitanas, por entender que suas formas de configuração econômica diferem das de áreas metropolitanas e das de regiões empobrecidas. Os principais resultados encontrados apontam para uma pobreza significativa na população estudada. Observou-se que a diversidade geográfica, econômica e social das cidades permite diversos graus de privação dentro de um mesmo conjunto espacial.

Palavras-chave: Território. Pobreza multidimensional. Cidades médias. Varginha

Área temática: 1. Economia

1 INTRODUÇÃO

Os processos de urbanização, aliados à industrialização pungente, que se instaurou no país a partir desde a década de 1930 e se fortificou a partir dos anos de 1970 modificou de forma intensa a estrutura de ocupação do território brasileiro. Essa “modernização” está relacionada à entrada do capitalismo na forma de produção e a adoção de uma agricultura voltada para uma visão industrial (PINHEIRO, 2007).

Paralelamente ao crescimento do espaço urbano e populacional nas cidades, houve um aumento da pobreza urbana. Isto se deve às mudanças nas dinâmicas territoriais que ocasionaram uma predominância da cidade sobre o campo, transformando a produção rural, mecanizando-a para atender a uma escala industrial e ditando o modo de vida das populações, conforme a lógica do capitalismo, pautada em uma sociedade de consumo (BATISTA, 2014).

O contingente rural que migrou às cidades passa a constituir para a economia capitalista industrial um reservatório de mão-de-obra ou, na expressão clássica de Karl Marx, “um exército industrial de reserva” (SINGER, 1973; p.122). Esse contingente era formado pelo aumento do fluxo migratório rural-urbano, as massas de imigrantes europeus e os fluxos migratórios escravagistas. Essa mobilização marcou o desenvolvimento capitalista da economia brasileira, criando a oferta de mão-de-obra barata e pouco qualificada nas áreas urbanizadas.

Esta massa populacional, concentrada de forma acelerada nas cidades, também trouxe consigo problemas estruturais, que é o fato de que a alta concentração de pessoas acima da oferta de postos de trabalho disponíveis criou um volume crescente de desemprego e de subemprego (MATTOSO, 1998; POCHMANN, 2020). Essa gama de indivíduos desempregados, ou alocados em empregos precários, com rendas muito baixas, corroborou para o aumento da pobreza urbana.

Somado a isto ocorrem problemas tais como a “escassez de habitações, levando a expressão de cortiços e favelas, insuficiência dos serviços urbanos básicos como o abastecimento de água encanada e esgotos, [...] falta de vagas em escolas, de leitos hospitalares etc.” (SINGER, 1973; p.119). O expurgo dos centros urbanos faz com que as massas pobres sejam direcionadas para a periferia nos chamados movimentos higienistas.

A importância desse estudo reside em compreender como se dão estes processos de reprodução de pobreza no município de Varginha/MG, sendo esta uma cidade média rica não metropolitana. Em sua maioria, os estudos avaliam os efeitos da pobreza, dos deslocamentos campo-cidade, e das mazelas urbanas da superpopulação, a partir de grandes centros, porém as cidades médias com o perfil de Varginha possuem uma dinâmica diferente destes centros, como processo de industrialização posterior, focado no desenvolvimento técnico-científico, e um fluxo migratório majoritariamente composto pela classe média, diferente das cidades grandes.

O foco em cidades médias não-metropolitanas, fora das regiões de pobreza, apresenta uma nova perspectiva sobre pobreza e território. A pesquisa desenvolvida tem como objetivo amplo auxiliar na compreensão teórica da pobreza em cidades médias ricas não-metropolitanas. Optou-se por um estudo sobre Varginha, por entender que o município opera uma relevância significativa sobre a região Sul de Minas, sendo um polo para questões de saúde, trabalho, bens e serviços.

Além desta introdução, este artigo se divide em 8 seções. A próxima delas trata o conceito de pobreza multidimensional e índices de mensuração, seguida pela seção 3, sobre aspectos históricos da formação da pobreza urbana contemporânea e pela seção 4, que trata sobre o desenvolvimento da pobreza nas cidades médias. Na sequência, após apresentação da metodologia de construção do IPM, as seções 6 e 7 focam nos resultados do IPM aplicados em Varginha (MG), acompanhados por análise morfológico-funcional da pobreza. Os principais pontos da pesquisa são destacados nas considerações finais.

2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL E O IPM

A conceituação de pobreza é um processo complexo, que pode ser tomado a partir de análises econômicas ou não-econômicas, e por uma abordagem relativa ou absoluta (CRESPO; GUROVITZ, 2002), onde diferentes questionamentos abrangem diferentes linhas teóricas do que constitui esse fenômeno e suas formas de mensuração.

Há diferentes abordagens históricas para conceituar uma linha de pobreza e identificar esse contingente (CRESPO; GUROVITZ, 2002), como insuficiência de renda, subsistência, necessidades básicas, privação relativa, privação das capacidades básicas, e pobreza multidimensional (RAITANO; RIBEIRO, 2019). Esta seção foca nas duas últimas.

O entendimento da pobreza por meio da privação das capacidades propõe “melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins.” (VIEIRA et al., 2018, p. 06). Sen (2000) apresenta cinco tipos de “liberdades” que se relacionam entre si: políticas, econômicas, seguridade protetora, oportunidades sociais e transparência.

A privação de capacidades se relaciona com as privações das liberdades. A pobreza multidimensional, dentro dessa perspectiva, está alicerçada na ideia de que uma pessoa é entendida como pobre se há privação de uma ou mais liberdades, que impedem de se viver em plenitude. As liberdades e funcionamentos são inerentes às necessidades consideradas importantes para cada indivíduo, podendo se mostrar em questões básicas, como alimentação de qualidade e acesso à saúde, ou a questões mais complexas, como participação na comunidade e respeito próprio (VIEIRA et al.; 2018).

Para esta abordagem, múltiplas dimensões da vida humana devem ser consideradas ao analisar os padrões de vida das pessoas. A incapacidade de atingir determinados níveis de vida em determinadas dimensões constituiria uma condição de privação que poderia ou não constituir uma relação de pobreza, dependendo dos métodos e dimensões utilizados para a análise (RAITANO; RIBEIRO, 2019). Diante disto, entende-se que diferentes realidades apresentam visões distintas do que é pobreza e quem são os indivíduos pobres. Cada região tem a pobreza relacionada a uma ou mais variáveis, que diferem conforme a necessidade do território (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

O PNUD (PNUD, 2010) publicou em 2010, apoiado nos estudos de Alkire e Santos (2010), o índice de pobreza multidimensional (IPM), que se pautou em variáveis que vão além da questão monetária. O índice proposto se concentra no estudo da pobreza e auxiliará na construção do índice sintético de pobreza multidimensional proposto neste projeto.

Esse índice trabalha a pobreza sendo formada pela simbiose de diversos fatores, que engloba educação, saúde, renda e trabalho e situação financeira. O intuito do IPM de mensurar a pobreza em suas mais diversas variáveis para entender as necessidades e características da pobreza em determinado território. Esta análise mais direcionada auxilia na concepção de ações e políticas públicas (SILVA, 2017).

O IPM utilizado pelo PNUD constitui-se em um índice sintético, obtido através do confronto da periodicidade de dez indicadores, categorizados em três dimensões, tendo como base os domicílios pesquisados: Saúde, Condições de moradia e Educação (SILVA, 2017).

3 TERRITÓRIO E POBREZA URBANA

A pobreza urbana vem aumentando nas últimas décadas em compasso ao intenso processo de urbanização. Santos (1979) já atestava que, apesar deste ser um fenômeno de escala global, ele se mostra mais preocupante nos países subdesenvolvidos, e se “apresenta de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país” (SANTOS, 1979; p. 01). O enfoque da pobreza na perspectiva urbana se dá pelo fato de que, na atualidade, a população pobre, em sua maioria, reside nas cidades.

O Brasil é um país com grandes contingentes de pobres o que corrobora com os elevados níveis “cujo determinante parece estar relacionado com aspectos estruturais de sua desigualdade, como, por exemplo, a questão racial – alvo de vários estudos –, mas também a questão da configuração física das cidades” (ZECHIN; HOLANDA, 2019, p. 24)

A sociologia urbana brasileira sofreu grande influência da linha teórica marxista, abordando a pobreza no Brasil como resultado das desigualdades e exploração que tiveram início com sua colonização. Dentro da literatura brasileira, a pobreza urbana passa a ser creditada à ação do Estado, à ação do mercado imobiliário e à estrutura social e do mercado (BORGES, 2004).

Dentro desta linha teórica, o Estado é responsável pela geração pobreza urbana, uma vez que

deixa o interesse privado se sobrepor ao bem social. Toda sua ação é voltada para beneficiar aqueles que possuem maior poder aquisitivo e econômico, criando uma divisão dentro do território, onde os locais que residem as classes altas recebem mais investimento público, em contraste com as áreas destinadas às classes mais pobres. Como resultados temos uma paisagem urbana marcada pela segregação socioespacial (ROLNIK, 1997).

Para Rolnik (1997), esse processo cria a cidade “legal”, que possui melhor qualidade e maiores investimentos, e a cidade “ilegal”, onde majoritariamente vive a população pobre. Nessa cidade “ilegal”, afastada dos grandes centros, pode-se observar uma massiva concentração de pobreza, pois é nessa porção do território que residem aqueles que não possui poder para ocupar a dita cidade “legal”.

Por fim, a literatura urbana brasileira aponta a estrutura social e do mercado de trabalho como fomentadores de pobreza, como tratado por Kowarick (2000), ao alegar que a pobreza, a partir da década de 1970, passa a ser vista como resultado do processo de industrialização dependente. O território é espaço de consumo, devido a reprodução da força de trabalho que ali ocorre. É dentro do espaço urbano que as disparidades da estrutura social capitalista se materializam, sobretudo por meio da moradia, entendida como bem primordial à vida e local da reprodução da mão-de-obra.

O desenvolvimento do território teve como motor a industrialização, quando a cidade passa a ser centro onde se produz e reproduz as relações sociais, seus conflitos e contradições. Para Siqueira (2010, p.210), esse processo de urbanização acelerado e desordenado possibilitou acesso rápido às áreas urbanas, o que acarretou uma grande “concentração de contingentes populacionais nas cidades, que na lógica do processo de desenvolvimento e modernização passaram a abrigar de forma simultânea o crescimento econômico e a pobreza urbana. ”

O crescimento gerado trouxe em seu discurso ideias de prosperidade, acentuando que junto ao crescimento econômico haveria ganhos sociais (HARVEY, 1996). Porém, diferente do discurso de prosperidade, o que se via era uma crise urbana, marcada pelo contraste entre classes. Para Graziano Neto (1982, *apud* BALSAN, 2006) as principais consequências da modernização são as desigualdades que surgem entre as regiões do país.

A pobreza urbana “como um todo, e as forças sociais e econômicas a ele agregadas, chegam a definir modalidades específicas de pobreza e de iniquidade social” (ALMEIDA, 1982; p. 28). Para Siqueira (2010, p. 229), as cidades tinham como base da sua estrutura um pensamento progressista, traçado a partir do entendimento “de que reordenar a cidade passava também por uma política de estetização do espaço, apoiada por uma legislação segregativa de outros”, onde a reforma urbana das cidades era pautada na exclusão e segregação.

O modelo brasileiro de urbanização deixou sua marca no conceito de metrópole e de cidade e na forma como é concebido a partir de um acervo utópico europeu de tecnologias (CUNHA JUNIOR, 2020). O conceito de traçado periférico é formalizado, incluindo loteamentos irregulares, autoconstruções e conjuntos habitacionais distantes, carentes de equipamentos urbanos e espaço público.

Quando abordamos a pobreza e suas características espaciais, observa-se que a hegemonia da população nas cidades cria novas demandas e necessidades (VASCONCELOS, 2006). Os problemas estruturais do urbano emergem das desigualdades socioeconômicas, principalmente nos contrastes com as classes trabalhadoras, observadas nos espaços destinados a essa parcela da população e na apropriação do mesmo (ALMEIDA, 1982).

Estes problemas, tratados por Almeida (1982) como ‘patologias’, estão sempre associados a injustiças sociais, e vem sendo tratados de forma superficial e de forma paliativa e muitas vezes criando novos focos de desigualdade. Os fatores de morfologia urbana que podem influenciar a desigualdade sugerem que a importância de questões como a localização de cada grupo dentro do tecido urbano, potencial de deslocamento e acesso desigual a um conjunto de recursos socialmente produtivos tem implicações em grande medida (ZECHIN; HOLANDA, 2019)

Wilson (1987) relaciona que o aglutinamento da população pobre em um espaço geográfico estipulado corrobora para perpetuar as condições de pobreza. Considerando a geração de desigualdades sociais no Brasil, observa-se que a forma de produção nas cidades está relacionada à distribuição de valores sociais (SILVA, 2006). O cuidado e estrutura de uma determinada área depende dos grupos sociais que ali vivem. Kempen (1994 *apud* LAGO, 2000) reitera a relação de

exclusão social e pobreza, ao abordar o fato de que a concentração espacial da população pobre impede a propagação de informações e a criação de redes sociais fora daquele círculo.

As dinâmicas política e econômica atuais funcionam de modo a separar o território entre aqueles que detêm a propriedade e aqueles não a possuem, em uma dinâmica fomentada pela inclusão e exclusão dos indivíduos (MATIAS, 2004). Para Castells (1979) a exclusão socioespacial é marcada por essa dicotomia entre cidadãos incluídos e cidadãos excluídos, onde o que diferencia esses dois arquétipos é o acesso à renda e a serviços básicos de manutenção da vida urbana.

4 DESENVOLVIMENTO E POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS

Dentro do contexto demográfico, as cidades de porte médio são aquelas que possuem entre 100 e 500 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), que identifica 263 cidades no país atualmente. Há naturalmente uma gama muito variável de cidades dentro desse aspecto, como cidades litorâneas e turísticas, cidades patrimoniais e cidades interioranas, além daquelas conurbadas às áreas metropolitanas (BOGNIOTTI, 2018).

As cidades médias são espaços de especificidades múltiplas, onde os conceitos de cidades pequenas e médias não são capazes de definir as cidades não metropolitanas (SPOSITO, 2009). Dentro deste questionamento, Sposito (2009) indaga se a expressão “cidade pequena e média”, dentro dos moldes usados, levando em conta apenas a dimensão demográfica, é suficiente para descrever um grupo tão plural de cidades, com papéis e funções tão diferentes numa divisão de trabalho que se estabelece.

A pluralidade do território brasileiro corrobora para a insuficiência do teor demográfico – ainda que seja importante incorporar o contingente populacional nas definições –, uma vez que uma cidade de porte médio no Sudeste não se assemelha a uma cidade de mesmo contingente no Nordeste (LOPES; HENRIQUE. 2010).

Corrêa (2007) defende que, para uma definição teórica do que seria uma cidade média, deve-se analisar a localização espacial cidadina, a presença de uma elite empreendedora e as interações espaciais que ocorrem dentro deste espaço (BOGNIOTTI, 2018). Dentro dessa perspectiva, a cidade média é lida como um território de importância na área urbana que está inserida, que desempenha um papel de polo e traça uma linha de comunicação econômica e social com os demais centros urbanos e as cidades locais.

A ReCiMe (a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias) adotou um conceito, tendo como base três pontos: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço interurbano. Esta definição parece abranger melhor o crescimento demográfico dessas localidades, englobando os impactos socioeconômicos, culturais e socioespaciais incitados pelos processos urbanos (BOGNIOTTI, 2018).

As características apontadas pela ReCiMe também abrem um leque de possibilidades sobre a definição da cidade média e sua diferenciação, uma vez que a diversidade econômica, urbana e social dentro do território permite que diferentes localidades com arranjos multivariados possam ser lidas como cidade média. Há nessas localidades uma concentração e diversificação das atividades comerciais e de serviços com uma produção que corresponde às altas demandas de consumos (SANTOS, 1988).

Essas cidades têm como característica os processos de especialização funcional e produtiva que as confere um novo papel na funcionalidade do território, associadas às necessidades do campo, a estabelecer as atividades industriais e a uma agricultura regional modernizante (BESSA, 2005). As cidades médias são locais de intermediação entre as pequenas localidades e os grandes centros urbanos, tendo papel de intermediar as relações territoriais sendo “lidas como centros essenciais essenciais para a consolidação de eixos e corredores de transportes e comunicações e na distribuição de bens e serviços” (CONTE, 2013, p. 58).

Para Amorim Filho *et al* (2007) há nas cidades médias um padrão morfológico-funcional, que as difere em relação as demais cidades, apesar da pluralidade na composição destas localidades. Dentro dessa perspectiva além dos pontos já levantados, a organização espacial também auxilia na identificação das cidades médias. Para o autor, a composição morfológica das cidades médias deve conter:

- Um centro já relativamente complexo (com grande número de equipamentos servindo um espaço que ultrapasse os limites puramente locais);
- Um número variável de subcentros (cuja forma, funções e espaço de relações variam grandemente de cidade para cidade, mas que atendem, em sua maioria, apenas às necessidades de populações locais);
- Uma periferia que evolui muito mais através de “saltos” (descontinuidades espaciais repentinas, resultando numa estrutura polinuclear), do que através de uma expansão lenta (AMORIM FILHO, 2007, p. 73 - 74).

A descentralização seguiu uma lógica espacial limitadora, uma vez que sua dinâmica expansionista se deu nas localidades que estavam diretamente relacionadas ao polo urbano em São Paulo e ao eixo Belo Horizonte/Porto Alegre. Isto acarretou um aglomerado macroespacial da indústria, que tendeu a se instalar nas cidades médias localizadas no polígono da industrialização (SIMÕES; AMARAL, 2011).

O desenvolvimento brasileiro seguiu essa lógica poligonal, onde determinadas áreas são destino de novas atividades econômicas (DINIZ, 1993). O desenvolvimento poligonal resulta de um conjunto de forças, dos quais se destacam cinco fatores: as deseconomias de desaglomeração da cidade de São Paulo; as políticas de descentralização promovidas pelo Estado; a necessidade de se deslocar em busca de recursos naturais; a concentração socioespacial de renda que acarreta maior poder de compra, limitando o crescimento a áreas com maior poder econômico e; a unificação do mercado (DINIZ, 1993).

Quando um território apresenta fatores aglomerativos, entende-se que a indústria encontrará benesses ao se instalar nesse espaço. Esses fatores podem agregar quanto a redução de custos, logística, aumento de lucratividade (PEREIRA; LEMOS, 2004). Áreas que possuem fatores aglomerativos são lidas como centros, tendo grande potencial de diversificação. Esta característica acarreta potencialidade de crescimento irrestrito. Este centro possui um papel de relevância dentro da rede urbana ao qual está inserido, servindo como uma ponte de bens e serviços entre as cidades pertencentes a esse núcleo interurbano (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010).

O processo de modernização agrícola junto à descentralização da indústria “acarretou em uma terceirização do interior, fomentada pelo crescente do setor público e da agricultura moderna” (STAMM; WADIR; STADUTO, 2010, p. 80). Nesse período, vemos um afastamento do processo urbano das metrópoles e das cidades médias. Enquanto as metrópoles recebiam um significativo contingente de pessoas mais pobres e carentes, devido ao êxodo rural, as cidades médias passaram a receber parte da população de classe média e intelectual (SANTOS, 1993).

Simões e Amaral (2011) abordam o processo de interiorização intensa das atividades econômicas, que ocorreu no território na primeira década do século XXI, devido ao crescimento da agropecuária e mineração, além de uma descentralização dos polos industriais. Os autores tratam esse processo pela expressão descentralização-concentrada, evidenciando que apesar de que ocorre uma migração industrial dos grandes centros urbanos, há locais fora de áreas metropolitanas que concentram grande parte dessa industrialização.

As cidades médias são impactadas diretamente por essa interiorização. Essas localidades precisam se adaptar para suprir a necessidade do capital, gerando dois tipos de cidades: as cidades médias emergentes industriais e as cidades médias de fronteira. A primeira diz respeito à difusão da indústria de transformação, e a segunda à provisão de bens e serviços nas fronteiras (SIMÕES; AMARAL, 2011).

O resultado dessa concentração econômica territorial é a divisão do espaço em áreas centrais e regiões periféricas, áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas. Dentro do contexto das cidades médias pode-se entender que essa concentração se relaciona ao desenvolvimento dessas localidades, de maneira em que aquelas que se encontram dentro destes eixos de desenvolvimento, tem seu crescimento acelerado (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010).

As cidades médias fora dos eixos metropolitanos são vistas como polos regionais e dentro da rede ao qual está inserida desempenham o papel de coordenar as atividades e as cidades no entorno. Sposito (2010) atribui o crescimento dessas cidades como um advento das dinâmicas econômicas da globalização, que retira a dependência das grandes metrópoles, uma vez que os grandes conglomerados de economia não necessariamente trabalham apenas em determinada região ou rede

urbana. Isto traz autonomia para essas localidades e os fatores aglomerativos corroboram para que novas formas de economia se instalem.

Simão Filho, Fregulia e Procópio (2012) relacionam o aumento da pobreza nas cidades médias com o crescimento populacional que ocorreu a partir de meados da década de 1970, relacionando pobreza e desigualdade como duas dimensões interligadas neste contexto. O crescimento econômico e populacional acima do percentual das grandes cidades não acarretou um desenvolvimento do ponto de vista social e sim em acentuação das desigualdades, tendo como resultado um aumento da pobreza e degradação das condições de vida das camadas mais baixas da população.

As cidades médias dentro do polígono de industrialização têm um crescimento acelerado, mas não propriamente um crescimento pró-pobre, que promoveria a redução da pobreza (RAVALLION; CHEN, 2003). Para Resende (2008), a pluralidade regional influencia a redução da pobreza. Variáveis como níveis de escolaridade, saúde e desigualdade de renda repercutem diretamente nos índices de pobreza, conforme a região analisada. Essa visão é reforçada por Sen (2000), ao constatar que o desempenho no crescimento econômico se distingue entre regiões. Há regiões que apesar de possuírem uma mesma taxa de crescimento econômico não apresentam a mesma variação na redução da pobreza.

Quando analisado o crescimento pró-pobre da perspectiva exposta por Ravallion e Chen (2003), o sul de Minas e o Alto Paranaíba apresentam um crescimento pró-pobre na maioria desses municípios. Essas regiões estão dentro do polígono proposto por Diniz (1993), mostrando que a descentralização-concentrada e a expansão industrial para essas regiões impactaram os níveis de pobreza.

Andrade *et al* (2001), através de uma pesquisa que dimensionou a pobreza enquanto insuficiência de renda nas cidades médias no período (1970/91), apresentaram três características que auxiliam na compreensão do dimensionamento da pobreza nessas localidades. A localização regional, a dinâmica migratória e o dinamismo produtivo atuam como parâmetros analíticos da dimensão da pobreza.

Quando analisado pela sua localização regional, constatou-se que o nível de pobreza está associado ao nível de desenvolvimento da cidade. As regiões Norte e Nordeste apresentavam níveis de pobreza superiores às médias nacionais, ao passo que as regiões do Sul e Sudeste apresentavam níveis menores (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001).

Para Weber a lógica urbana está associada ao processo de expansão, que acarreta a necessidade de novos polos urbanos para suprir a demanda emergente (SIMÕES; AMARAL, 2011). A região do Sudeste brasileiro foi a mais beneficiada por esse processo urbano, detendo 55% do PIB brasileiro e 42% da população. Dotada de uma rede urbana complexa, possui grande potencial agrícola e uma forte concentração econômica, industrial e de serviços (DINIZ, 2013).

A forma em que se dá o crescimento urbano nas cidades médias não dialoga com a capacidade de assimilar a mão-de-obra que convergiu para essas localidades. Carvalho (2003) relaciona o aumento das desigualdades com os processos que estabeleceram as cidades, como processos de modernização e interiorização, também responsáveis pelas desigualdades dentro do território, uma vez que a riqueza produzida pelo crescimento não foi repassada igualmente para as variadas camadas da sociedade.

O dimensionamento da pobreza nas cidades médias através da dinâmica migratória deve-se ao fato de que “as decisões de deslocamento espaciais realizadas pelos migrantes que chegaram e deixaram as cidades médias podem ter sido influenciadas pelos patamares iniciais de pobreza no início da década de 80” (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001, p. 265) e esses fluxos migratórios tiveram impacto na evolução do nível de pobreza durante a década. A dinâmica migratória diz respeito à combinação entre as taxas imigratórias e migratórias. Andrade, Serra e Santo (2001) classificam as cidades médias como cidades de atração, cidades de repulsão, cidades de passagem e demais cidades, definidas como:

Para Diniz (2013) os movimentos migratórios dentro do território ocorrem devido aos fatores aglomerativos e desaglomerativos, os processos internos de cada localidade e, por fim, a aplicação de políticas públicas que, ao elevar os índices de qualidade de vida podem reprimir ou atrair os fluxos migratórios. A dinâmica migratória e urbana segue a lógica poligonal, fortalecendo a rede urbana não-metropolitana, a cidades médias de fronteiras ou com grande potencial agrícola e mineral (SIMÕES;

AMARAL, 2011).

As cidades de atração apresentavam os menores índices de pobreza nos anos 1980, o que está relacionado ao avanço do meio-técnico-científico e das oportunidades que essas cidades traziam, tanto na produção quanto no trabalho intelectual (SANTOS, 1993), que atraiu um grande fluxo de imigrantes durante a década. Essas cidades também tiveram um papel na descentralização, pois recebem maior fluxo migratório se comparado às regiões metropolitanas, além de ocupar melhores posições no que se refere aos níveis de pobreza (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001).

Em contrapartida, as cidades de repulsão apresentavam os índices de pobreza mais elevados, resultado da evasão da população para os grandes centros urbanos. As cidades de passagem serviam como ponto de passagem nas rotas migratórias aos centros urbanos, que apresentavam melhores oportunidades de trabalho e renda. Isto ocasionou em um nível alto de pobreza, pois estas localidades não conseguiram absorver o contingente migratório, além de uma repulsão da população não-migrante (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001).

O dimensionamento e evolução da pobreza nas cidades médias segundo o desempenho produtivo visava compreender como os níveis de pobreza estavam correlacionados ao desenvolvimento econômico das cidades médias e as formas de distribuição de renda nesses locais. A redução no PIB *per capita* entre os anos de 1980 a 1991 trouxe a essas cidades um aumento nos níveis de pobreza, mas ainda assim apresentava índices menores de pobreza do que os níveis gerais do país. Isso aponta que as cidades médias possuíam melhor distribuição de renda se comparadas aos centros urbanos ou ao Brasil rural (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001). Esse desenvolvimento desigual entre as cidades se dá pela concentração espacial do desenvolvimento (AMARAL; LEMOS; CHEIN, 2010).

Resende (2008) relacionou o crescimento econômico com os índices de pobreza nas cidades médias mineiras, evidenciando a diversidade e pluralidade destas cidades. Constatou-se que, ao passo que alguns municípios aliaram uma taxa de crescimento com a redução da proporção de pobres, mostrando boa elasticidade entre pobreza/crescimento, ao passo que há aqueles com menor elasticidade. A desigualdade de renda tem um papel de extrema importância na análise relativa à redução da pobreza, fazendo com que seja necessário avaliar as causas relativas à concentração de renda nas cidades médias brasileiras.

Nos estudos feitos em 38 cidades médias brasileiras, Simão Filho, Fregulia e Procópio (2012) analisam a pobreza a partir dos principais índices de economia do bem-estar social, como o percentual de pobres na população, e apresentam números compostos por três blocos: acima de 30%, entre 15% e 30% e, por fim, abaixo de 15%. As cidades médias com maior grau de pobreza se encontram no Norte e Nordeste, mas há casos divergentes como a cidade de Goytacazes no Rio de Janeiro que, apesar de ter sua economia crescente fundamentada na indústria petrolífera, possui níveis de pobreza próximos a cidades do Nordeste.

Essa diferença corrobora a heterogeneidade das cidades médias e evidencia a necessidade de analisar a pobreza de forma individual em cada município, uma vez que não se pode compreendê-la com base apenas na sua localização regional. Esta prerrogativa é validada por Simão Filho, Fregulia e Procópio (2012, p. 26) que alegam que a “forte assimetria relativa à pobreza nas cidades médias sugere uma avaliação específica para cada uma destas cidades, no sentido de escolher as melhores estratégias de política pública”.

O crescimento econômico por si só também não é mitigador dos índices de desigualdade de renda e pobreza (RESENDE, 2008). Carvalho (2003) aponta que a desigualdade na sociedade contemporânea tem um caráter multidimensional, não podendo ser reduzida exclusivamente à questão econômica. Essa retomada dos processos de crescimento e pobreza nas cidades médias auxiliou a traçar um panorama contemporâneo da cidade de Varginha. Através dos pontos apresentados conseguiremos entender como se deu o processo histórico da pobreza na cidade e como chegamos na situação atual.

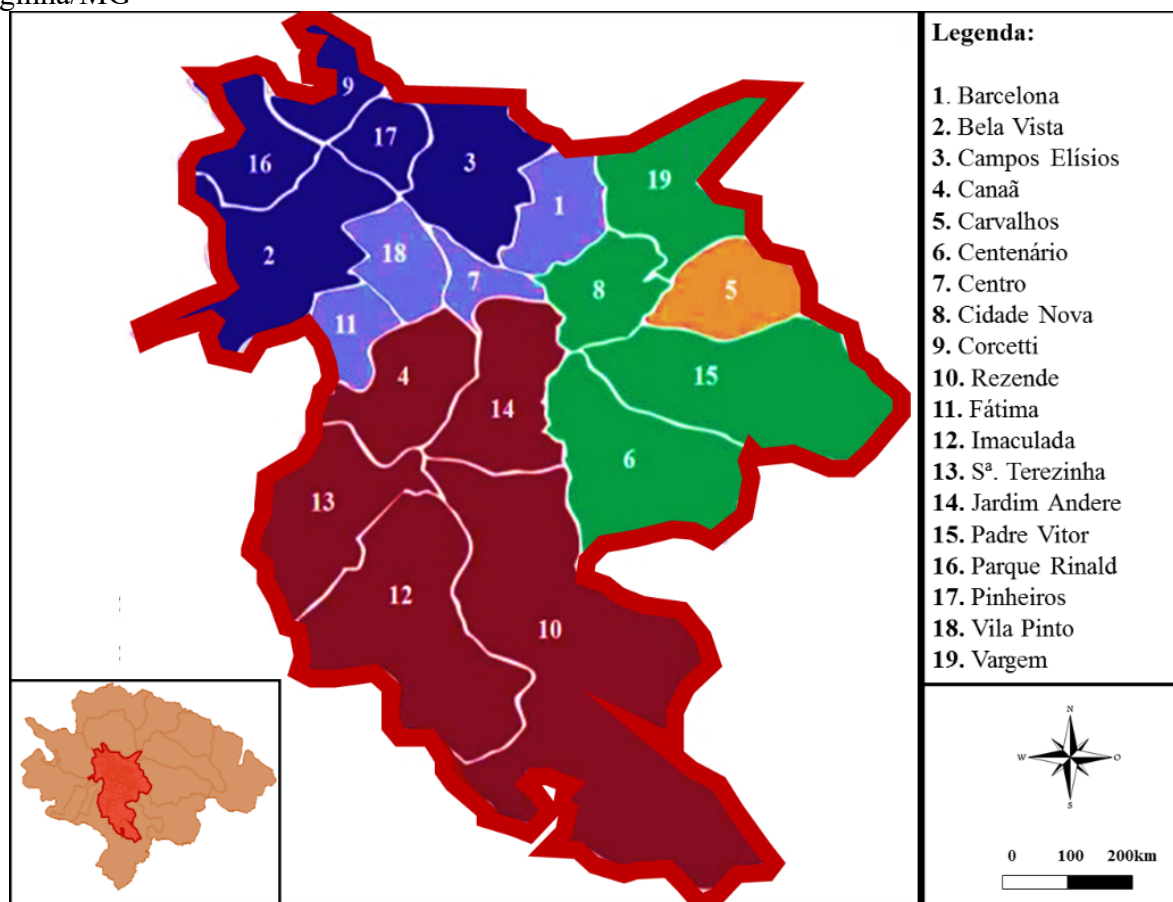
5 METODOLOGIA

Essa seção versa sobre os procedimentos metodológicos adotados para realização desta pesquisa. A construção do IPM perpassa por duas premissas. A primeira reside na utilização de dados

secundários, obtidos através dos órgãos oficiais do município com intuito de possibilitar um panorama geral; e a segunda parte versa sobre dados primários, obtidos por entrevistas, visando compreender a pobreza sob o ponto de vista daqueles que a vivenciam, como forma de complementar os dados oficiais e criar um IPM que reflète de maneira mais abrangente a população pobre da cidade.

A seleção da unidade espacial de análise seguiu a adotada pelo Plano Quadrienal de Assistência Social do Município de Varginha, seguindo os preceitos determinados por Nahas (2009), que evidencia a importância de se fazer um georreferenciamento em conformidade com o banco de dados utilizado. Por esse motivo se adotou as sub-regiões adotadas pelos cinco Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, que tem sua gênese nas regiões censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (

Figura 1 - Setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do município de Varginha/MG



Fonte: própria, com base no Plano Quadrienal de Assistência Social do Município de Varginha (2022)

Esta pesquisa decidiu-se por entrevistas semiestruturadas com parte da população cadastradas nos CRAS de referência do município¹. Para isso contou-se com lista de 498 pessoas, fornecida pela Gestora Municipal do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social de Varginha, com as famílias cadastradas no CadÚnico.

Juntamente com os estudos apresentados pelo Plano Quadrienal, as dimensões adotadas foram as seguintes: Educação, Acesso a bens e serviços públicos básicos, Estrutura Urbana, Segurança Alimentar e Nutricional, Exclusão Financeira, Renda e trabalho. Para a seleção dos indicadores base usou-se sustentado pelos estudos apresentados por Barros *et al* (2006). Tendo já definido as dimensões a serem estudadas, as seleções dos indicadores foram pautadas

¹ A pesquisa com determinado grupo não é o ideal, uma vez que isso já parte de um recorte de pobreza prévio, e não abrange a população em sua plenitude. Todavia, a pesquisa nos permite compreender como se manifesta a pobreza em sua multidimensionalidade dentro da população considerada pobre no município sob o prisma de renda.

Para construir um IPM, utilizou-se a metodologia criada por Alkire e Foster (2011). Essa adoção se dá pelo fato de que nesta metodologia as dimensões e indicadores não são especificados, o que proporciona formas de adequação para realidade de cada município, enquanto o IPM Global tem as dimensões já pré-estabelecidas.

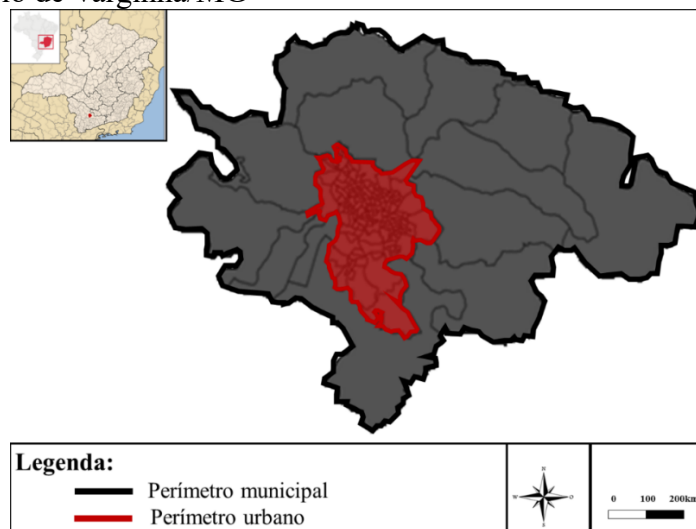
O método Alkire Foster (AF) consiste em medir a pobreza multidimensional através dos tipos de privações que podem incidir sobre uma pessoa. O método nos permite obter a taxa de contagens per capita ajustada (M0), ou seja, o IPM. O IPM retrata a incidência da pobreza (H), que diz respeito a percentagem da população que é pobre e a intensidade da pobreza (A) que reflete a percentagem de privações acometidas sobre a população pobre (FAHELM; TELES, 2018).

Através da análise dos perfis de privação identificaremos as privações que acometem a população pobre em Varginha e ter uma visão da pobreza multidimensional no município. Para obtenção do IPM seguiremos as seguintes etapas: Estabelecer linhas de pobreza; aplicar a primeira linha de pobreza; contar o número de privações de cada indivíduo; estabelecer o segundo corte de pobreza (k); aplicar a linha k; calcular a incidência (H); calcular o hiato de pobreza média (A); calcular a incidência ajustada (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017)

6 ANÁLISE DO INDICADOR DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)

O município de Varginha (Figura 2) fica localizado na região do Sul de Minas Gerais, mais especificamente na bacia do rio Grande, banhado pelo Rio Verde, que é formador do braço sul da represa de Furnas. A cidade faz divisa com os municípios de Três Corações, Elói Mendes, Monsenhor Paulo, Três Pontas e Carmo da Cachoeira. A área territorial da cidade é de 395,396 km².

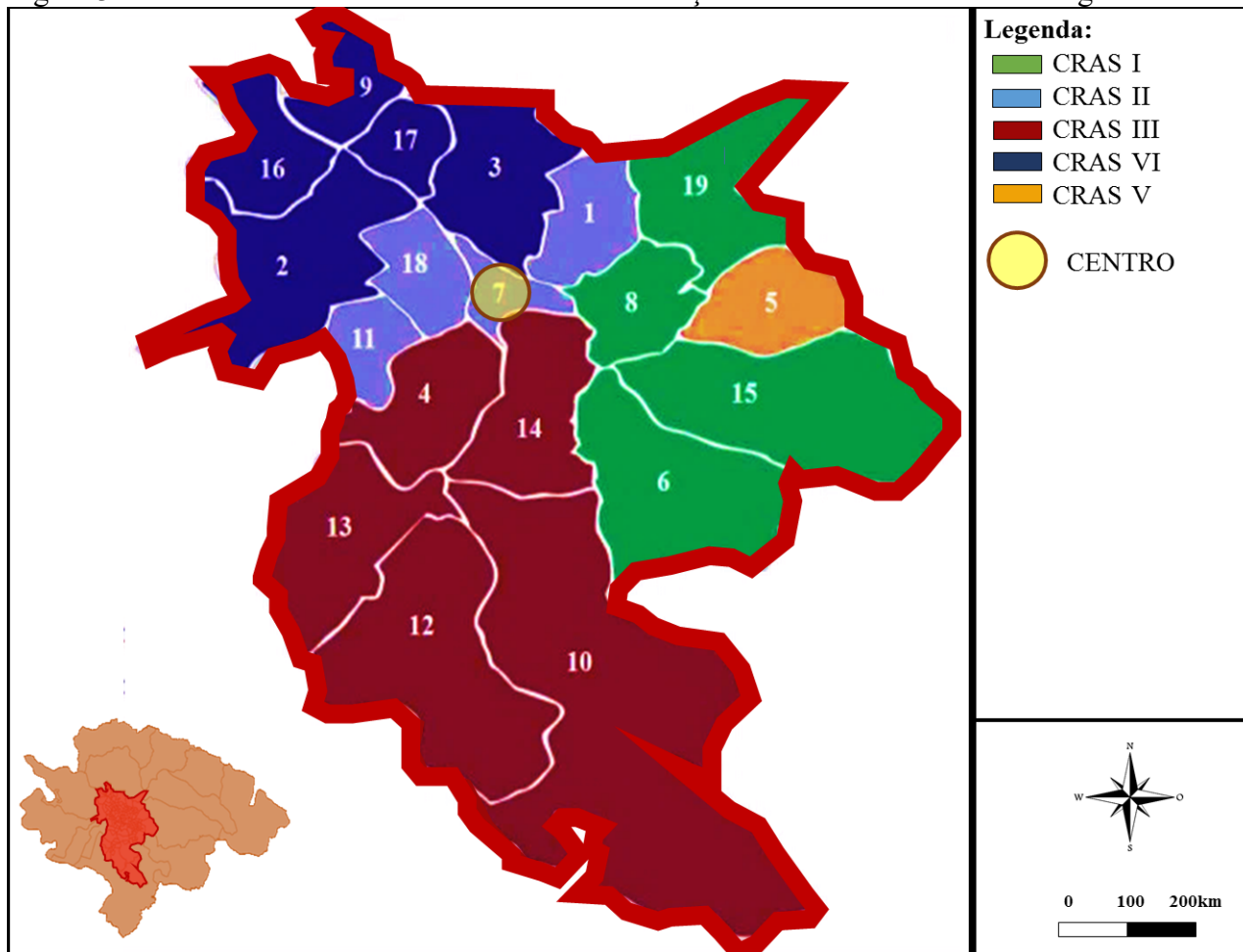
Figura 2 - O município de Varginha/MG



Fonte: google maps/wikitravel adaptada pela autora (2022)

Para a análise do IPM na cidade de Varginha, desenvolveu-se um estudo desagregado nas regiões censitárias utilizadas pelos respectivos CRAS (Figura 3). Essas áreas têm como base a distribuição censitária utilizada pelo IBGE (2021) e a escolha por essa divisão se deu pela própria configuração municipal de Assistência Social e que as usa como parâmetro para gerir o território e a aplicação de políticas públicas.

Figura 3 - Zoneamento urbano da Secretaria de Habitação e Assistência Social de Varginha/MG



Fonte: A autora (2022).

O CRAS V possui os maiores índices de privação nas dimensões de Acesso a bens e serviços públicos e Estrutura Urbana e habitação com 99,96% e 91,63%, respectivamente (Tabela 1). Em contrapartida o CRAS II apresenta o menor valor nessas categorias (0% e 49,98%), sendo o único que possui uma dimensão com porcentagem zerada (Acesso a bens e serviços públicos), o que demonstra que nenhum dos indivíduos entrevistados se sentem privados nessa questão. Ambas dimensões estão ligadas a própria estrutura urbana da cidade e sua distribuição desigual. As áreas periféricas tendem a ter menor oferta de serviços o que agrava a pobreza nessas localidades.

Tabela 1 - Resultado da privação sofrida por dimensão nos CRAS de referência e no município.

CRAS	Privação por dimensão					
	Educação	Acesso a bens e serviços públicos	Estrutura Urbana e habitação	Segurança Alimentar e Nutricional	Renda e trabalho	Situação Financeira
I	6,17%	41,65%	49,98%	83,30%	10,79%	18,50%
II	4,63%	-	49,98%	74,97%	13,88%	23,13%
III	9,25%	83,30%	58,31%	83,30%	15,42%	21,58%
IV	27,75%	49,98%	74,97%	99,96%	18,50%	18,50%
V	10,79%	99,96%	91,63%	66,64%	16,96%	20,04%
MUNICÍPIO	12,03%	56,64%	68,31%	84,97%	15,42%	20,97%

Fonte: própria (2022).

A dimensão de segurança alimentar é a que apresenta maior porcentagem de pessoas privadas no município, o que alerta para o fato de que o acesso a alimentação de qualidade e variada ainda é um ponto a ser trabalhado, pois grande parte do público-alvo ainda não possui acesso adequado, além de já ter sofrido com a falta de alimentos em um período da vida. Dentro deste quesito as áreas com maior número foram os CRAS IV (99,96%), CRAS I (83,30%) e CRAS III (83,30%).

O menor grau de privação ficou por conta da Educação, com 12,03% de famílias privadas no município. Muito se deve pela baixa taxa de domicílios com habitantes analfabetos, que não sabem ler ou escrever. Todavia, ainda é uma porcentagem considerável, se comparados com dados oficiais, que contabilizam da população apenas 3,64% da população como analfabeta (IBGE, 2010).

A situação financeira é uma dimensão pouco explorada no que tange a estudos sobre pobreza multidimensional, há poucos dados para comparação com os resultados obtidos. O que se observa é valores próximos entre as diferentes áreas, variando entre 18,50% (CRAS I e IV) à 23,13% (CRAS II). A questão que mais contribui para esses valores são as dívidas com o sistema financeiro e a dificuldade de pagamento das parcelas.

A dimensão de renda e trabalho é a que mais chama a atenção, pois possui uma porcentagem de 15,42% no município, sendo este um valor abaixo do esperado. Como dito no tópico anterior, segundo o PNAD (2022) grande parte da população tida como pobre encontra-se em trabalhos informais, precários, ou em situação de desemprego. Por isso era esperado um resultado com valores maiores devido ao recorte populacional feito neste trabalho. Porém os resultados mostram que, em sua maioria, os entrevistados possuem trabalho formal.

Durante a análise dos resultados levantou-se a hipótese da possibilidade de não entendimento do que seria trabalho formal por parte dos entrevistados. Trabalho formal pode ser entendido como a ocupação principal do indivíduo, mas não necessariamente respaldado pela CTPS (*Carteira de Trabalho e Previdência Social*).

Todavia deve-se ter em mente que esse resultado reflete apenas uma pequena parte da população inscrita no CRAS. Levando em consideração a metodologia adotada, onde os entrevistados foram escolhidos por amostragem não probabilística por conveniência, uma amostragem maior, ou até mesmo diferente, poderia apresentar resultados diversos.

O IPM é instrumentalizado a partir do produto dos valores de H e A. O H, traduzido do termo *Headcount*, corresponde à incidência da pobreza em um dado contexto e o A, originado de *Average*, referisse ao hiato da pobreza, ou seja, a intensidade em que a pobreza acomete aqueles tidos como pobre. Conforme a Tabela 2 pode-se observar os valores encontra para as respectivas variáveis.

Tabela 2 - Resultado do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para Varginha (MG) para as categorias de incidência (H) e intensidade (A) (janeiro de 2022)

CRAS	H	A	IPM
I	35,06%	0,84	0,30
II	27,76%	0,87	0,24
III	45,19%	0,90	0,41
IV	48,28%	0,97	0,47
V	51,00%	0,99	0,50
Município	43,05%	0,86	0,37

Fonte: Própria (2022).

A incidência da pobreza (H) apresenta a porcentagem populacional que não tem suas necessidades básicas atendidas em relação ao total de habitantes. O município apresenta uma incidência de pobreza de 43,05%, segundo a amostra de entrevistados. De acordo com os dados analisados, os menores níveis de H foram identificados no CRAS II e o CRAS I que apresentam entre 27% e 35% de pessoas apontadas como multidimensionalmente pobres aproximadamente. A menor incidência, como pode ser observada, se encontra no CRAS II, que se localiza em uma área central, em contraste ao de menor valor (CRAS V), que fica localizado em uma região mais isolada.

Após obter o valor da incidência, a segunda parte do cálculo traz a variável que identifica a intensidade da pobreza (A), onde identifica-se o nível de carências sofridas pelos indivíduos que se

enquadram nessa condição. Este indicador, diferente de (H), centra-se em captar em quantos indicadores em média os indivíduos classificados como pobres são privados.

Em se tratando da intensidade ou hiato da pobreza (A) da pobreza em Varginha, os resultados se mostram consideravelmente elevados, como se pode observar pela Tabela 2. Há entre o público alvo identificado como multidimensionalmente pobre um grau elevado de privação. No município, de maneira geral, o valor encontrado é de 0,86, sendo que os valores variam entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1 maior a carência detectada. A área com maior intensidade de pobreza média foi o CRAS V, seguido do IV e III, onde os pobres multidimensionalmente são privados em 99%, 97% e 90% dos indicadores, respectivamente. Os setores I e II apresentam os menores valores com 84% e 87% nesta ordem.

Após obter os valores de H e A, é possível estabelecer o IPM. O IPM de Varginha observado na escala de 0 a 1 é de 0,37, sendo um valor relativamente considerável. O resultado para o município indica que a proporção da população pobre, dentro do recorte estudado, é de 37%, havendo uma pobreza significativa na população estudada.

O setor II possui o menor valor de indivíduos multidimensionalmente pobres com 24%, seguidos dos setores I e III com 31% e 41%, respectivamente. O setor IV possui 47% de pessoas privadas e o setor V possui o maior grau de privação com cerca de 50% da população entrevistadas dentro da faixa de multidimensionalmente pobre.

Os altos valores de privação na questão de acesso a bens e serviços, junto aos conferidos na dimensão de estrutura urbana e habitação, corroboraram diretamente para os valores elevados no CRAS V, uma vez que a maioria apontou problemas com ambas as questões, elevando as porcentagens finais. Ambas dimensões não estão diretamente ligadas a renda e trabalho, o que demonstra a importância de compreender a pobreza para além das questões monetárias.

Associar os dados obtidos aos recortes geográficos correspondentes possibilitou uma análise mais completa, que fornecesse um panorama das disparidades dentro da cidade, bem como uma visão localizada dos déficits vivenciados por cada setor censitário. As disparidades dentro da cidade apontam para a necessidade de enxergar o território como um espaço heterogêneo, formado por diferentes realidades, ao mesmo tempo em que demonstra a incidência e escala no espaço.

É importante salientar que os resultados aqui obtidos não representam um panorama real da cidade de Varginha, conforme já foi apontado, mas funcionam como um modelo teste para a proposta inicial desta pesquisa. A construção de um índice de pobreza multidimensional para o município perpassa por distintas etapas e as informações aqui apresentadas são uma base inicial de como funcionará e como deverá ser aplicado o IPM em estudos futuros.

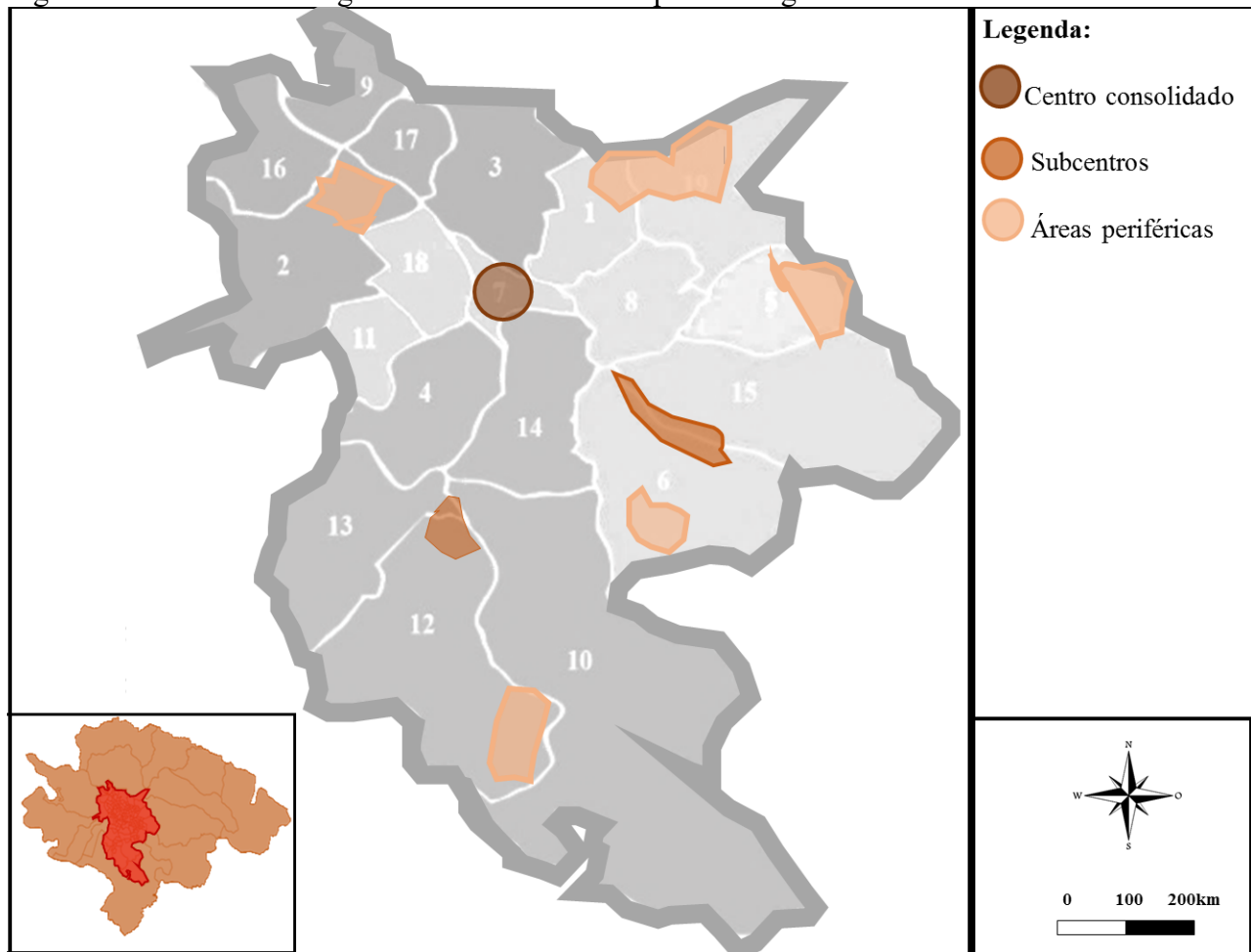
7 PADRÃO MORFOLÓGICO-FUNCIONAL E POBREZA

Dentro dos conceitos apresentados ao longo deste trabalho, pode-se classificar Varginha como uma cidade média, situada à margem das redes urbanas hierarquizadas, sendo essencialmente administrativas. Dentro da classificação proposta por Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007) para as cidades mineiras, Varginha se classifica como cidade média de nível superior. O município se enquadra em diferentes conceituações e parâmetros, possibilitando formas variadas de leitura.

Dentro do padrão morfológico-funcional atribuído às cidades médias (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007), pretendeu-se analisar como se dá a pobreza dentro do território, quais privações sofridas se relacionam com a forma em que o município se estrutura. O padrão proposto setoriza a cidade em um centro já consolidado com um grande número de dispositivos atendendo espaços além das restrições puramente locais; diferentes sub-centros que atendem principalmente às necessidades da população local e as áreas periféricas que se instalam em áreas isoladas, em total descontinuidade.

Considerando as características apontadas por Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007), pode-se entender que Varginha também apresenta em sua morfologia aspectos inerentes às cidades médias (Figura 4). O centro é ponto de partida para a estruturação urbana da cidade, ele funciona como um eixo de onde parte os outros bairros, apesar das diferenças territoriais.

Figura 4 - Padrão Morfológico-funcional do município de Varginha/MG

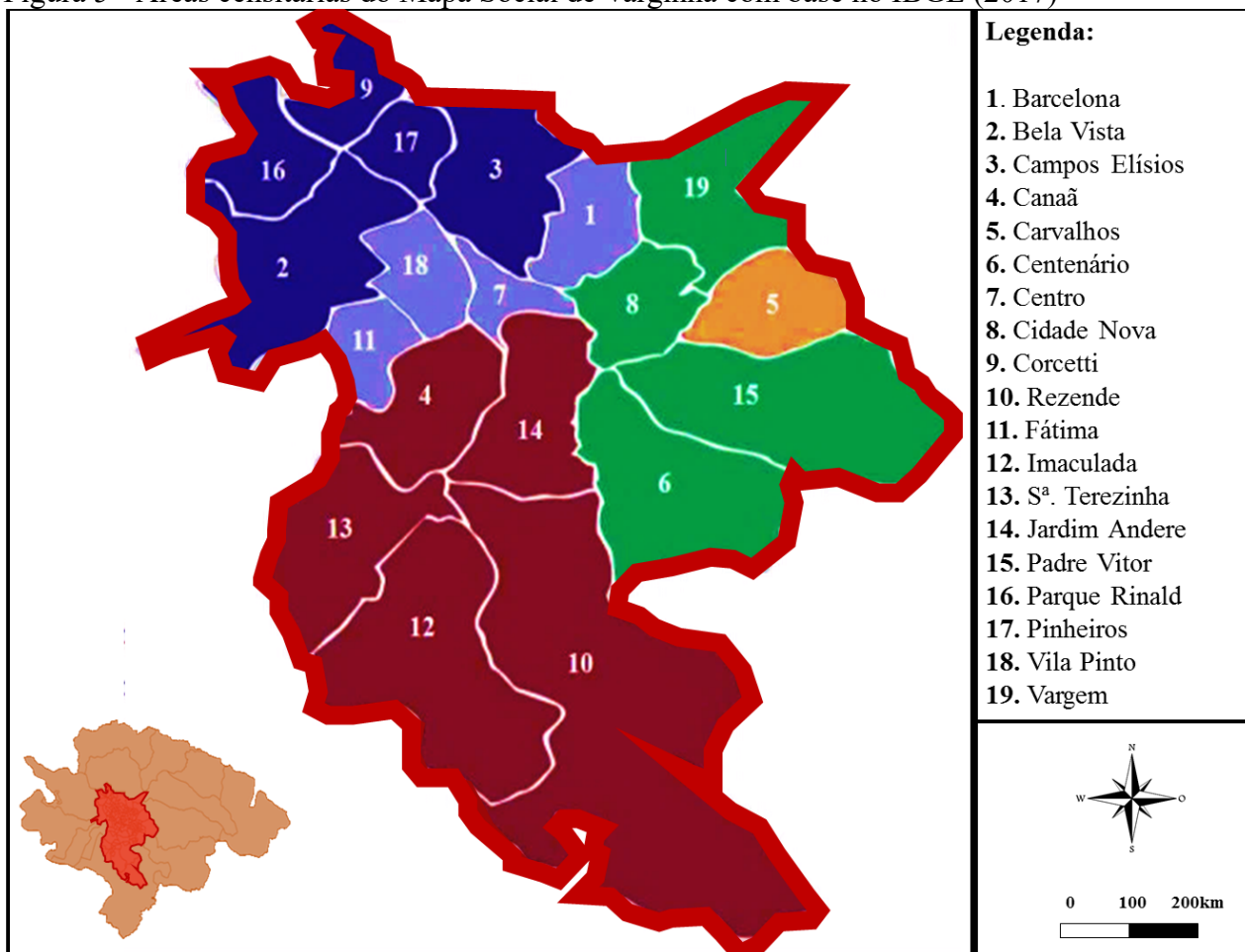


Fonte: Própria (2022).

Os subcentros são quase como continuidade do centro já consolidado, que apesar da distância são interligados, formando um eixo de acesso a serviços e comércio. Isso isola algumas áreas periféricas que não possuem proximidade nem com a área central e nem com esses novos locais de serviços. As áreas periféricas no mapa evidenciam os saltos existentes dentro do território e os vazios urbanos.

Para uma melhor leitura da dinâmica proposta, esta seção não trabalhou com os CRAS de forma homogênea e sim com as áreas contidas nele (Figura 5). Os dezenove setores censitários seguem as delimitações propostas pelo IBGE (2020). Optou-se por fazer uma leitura mais pontual nas regiões entrevistadas, pois os CRAS cobrem uma extensa área, o que pode gerar incompatibilidades entre locais que, apesar de dentro do mesmo setor censitário, possuem características bem diferentes. Os setores onde ocorreram as entrevistas foram o 4,5,6,7,8, 9 e 12. Conforme exposto, embora saiba-se que a cobertura de todos os setores traria uma leitura mais aprofundada da situação varginhense, devido às limitações da pesquisa, não foi possível cobrir toda a extensão do território.

Figura 5 - Áreas censitárias do Mapa Social de Varginha com base no IBGE (2017)



Fonte: Própria (2022).

A dimensão de acesso e serviços é a que mais evidencia a forma em que se ocupa o território impacta direta nos graus de pobreza dos indivíduos. Os setores mais afastados do centro e sub centros (5, 9 e 12) são os que mais apresentam privações quanto ao acesso a serviços públicos e comércio. A maior incidência pode ser observada no setor 5, onde mais de 80% dos entrevistados se mostram insatisfeitos com a oferta de serviços no local em que reside.

A concentração de serviços em determinadas áreas, em contraste com a periferização de outras, cria um isolamento de parte da população, que fica dependente do transporte, em especial, o transporte coletivo, o que requer custo e tempo disponível, já que as linhas de ônibus demoram, ou privado para sanar questões simples do dia a dia. Este processo é base da segregação socioespacial, que isola parte da população mais pobre em locais precários com estrutura de pouca qualidade.

Nesse aspecto, a localização das residências da população e a qualidade do transporte público apontam que, quanto mais afastados da região central, maior o descontentamento com o serviço ofertado por parte da população. Entre os que consideram o serviço péssimo ou regular, estão os setores 5, 6, 9 e 12, ambos residindo em locais afastados e que são mais dependentes do transporte coletivo. Apenas nos setores 7 e 4 o transporte é avaliado como ótimo.

A falta de espaços de cultura e lazer é ponto em comum entre os setores 12, 9 e 5. A cidade apresenta pouco locais com esse propósito, em diferentes regiões as famílias mencionam a necessidade de locais para tais atividades. Quanto àqueles locais equipados com locais de cultura e lazer, o problema apontado é a falta de segurança e precariedade da estrutura. Ou seja, mais do que ofertar locais para esse propósito, é necessário garantir qualidade e segurança para que os indivíduos possam efetivamente usufruir.

A estrutura urbana também apresenta uma relação direta com a forma morfológica da cidade média. Os setores 7 e 6, que ficam próximos ao centro e subcentros, possuem melhor infraestrutura, em contrapartida, setores como 5 e 9 possuem maiores privações por parte das famílias que ali

residem. A cidade tende a concentrar melhor infraestrutura nas áreas de maior uso comum entre toda a população, e que possui mais serviços importantes para o funcionamento da mesma. A partir disto podemos ver que há um aumento da pobreza nas regiões periféricas e evidenciar a importância dessa dimensão na obtenção das liberdades.

As famílias não-privadas em relação a condição da moradia residem em maioria nos setores 5, 6 e 12. Essas áreas são fruto de programas sociais para obtenção a casas próprias executadas pelos órgãos governamentais, ou seja, grande parte das famílias que possuem casa própria em boa condição são contempladas por políticas públicas. Analisando esses setores e sua área de implantação, observa-se que são alocadas em regiões afastadas, corroborando a segregação dessas famílias.

O setor 5 merece um destaque pois, apesar de todos que ali residem possuírem moradia própria, ainda assim há um alto nível de privação da dimensão de estrutura urbana e habitação. Diante disso, conclui-se que, apesar da moradia própria, questões como infraestrutura, qualidade da habitação e proporção entre número de quarto e número de moradores, ainda possuem um grande peso.

Em referência ao tema da segurança alimentar e nutricional, nos setores 4, 6, 7, 8 e 12, nenhum dos entrevistados é assistido por programa social de aquisição de alimentos. Nos setores 5 e 9, entrevistados informaram que recebiam algum tipo de auxílio como o *auxílio Brasil*. Quanto a privação alimentar dentro os setores estudados, moradores dos setores 5, 9 e 12 contam com pessoas que sofreram privação em algum momento de suas vidas, totalizando 42,0% das áreas de pesquisa.

Apenas no setor 9 há uma ou mais famílias que realizam cinco refeições ou mais, contudo ainda é uma porcentagem baixa de apenas 14,3% se alimentando conforme o indicado. Nos demais setores a maior parte, cerca de 94,0%, realizam de três ou quatro refeições diárias, enquanto 6,0% realizam apenas duas refeições. Não foi identificado em nenhum setor pessoas que tivessem acesso a apenas uma refeição, o que indicaria uma extrema privação alimentar.

A renda que prevalece nos setores 4, 5, 7, 8, e 12 é de um a dois salários-mínimos. Os moradores com renda menor que um salário-mínimo foram identificados nos setores 6 e 9, não havendo entre os setores aqueles que possuem três salários ou mais. No que tange a questão trabalhista, os setores 3 e 4 são os que apresentam maior nível de desemprego ou trabalho informal, novamente vê-se que esses locais se encontram em áreas mais isoladas, com acentuada pobreza e difícil acesso.

Por fim, na dimensão de exclusão financeira, o setor 7 apresenta maiores níveis de privação, com cerca de 74,3 % dos entrevistados com dificuldades de administrar as despesas mensais devido a renda insuficiente, aumento nas despesas ou gastos inesperados. Nos setores 7, 4 e 6, mais de 65% dos entrevistados não possuem qualquer tipo de operação crédito, o que pode sugerir maior grau de exclusão financeira. No que se refere às dívidas contraídas, os setores com maior número de pessoas com algum tipo de dívida se encontram no setor 12.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a diversidade na cidade, no que tange aos aspectos geográficos, econômicos e sociais, possibilita variados níveis de privação dentro de um mesmo agregado espacial. Os resultados obtidos mostram a importância de realizar estudos que se proponham a elucidar a realidade vivenciada em diferentes localidades, para identificar potencialidades e obstáculos em cenários específicos, potencializando estudos que fogem de conclusões generalizadas.

Devido às limitações da pesquisa, como o número de famílias e o contexto de pandemia, os estudos de campo realizados possibilitaram a introdução do IPM para Varginha. A pesquisa foi realizada com um determinado público-alvo, que não reflete a população varginhense na totalidade. Os resultados obtidos limitaram-se às reduções populacionais dos domicílios cadastrados no CRAS do município. Portanto, tais resultados podem não refletir a dimensão real de pobreza em toda a cidade, mas servem de base para a aplicação do IPM proposto, possibilitando estudos futuros.

Há uma clara ligação entre a estrutura morfológica-estrutural das cidades e os focos de pobreza. As áreas periféricas são aquelas que apresentam maiores índices de pobreza, com maior número de privações. Em contrapartida, as famílias que residem próximas ao cento consolidado ou

aos subcentros possuem menor grau de privação. Ou seja, mesmo dentro de um grupo de indivíduos com menor condição social há aqueles mais pobres multidimensionalmente, tendo o território e sua estrutura como marcador dessas desigualdades.

Conforme a amostra dos entrevistados, há uma incidência de pobreza no município considerável, com base nos dados analisados, os menores níveis de H foram identificados no CRAS II e CRAS I. Pode-se observar que a menor incidência é o CRAS II localizado na região central, enquanto a maior incidência (CRAS V) está localizada nas regiões mais remotas. Novamente relaciona-se a territorialização a pobreza, na medida que as áreas mais afastadas, periféricas apresentam maior incidência.

Varginha apresenta altos níveis de intensidade da pobreza ou hiato de pobreza (A). Há um alto grau de privação entre o público-alvo identificado como multidimensionalmente pobre. Os indivíduos entrevistados sofrem privações em distintas categorias, acentuando a condição vivida por eles. O hiato da pobreza na maioria das áreas censitárias do CRAS concentra-se entre 80% e 99%, indicando valores elevados com pequenas diferenças entre os setores. O IPM do município é 0,37, sendo um valor relativamente considerável. Há uma pobreza significativa na população estudada.

O setor II com o menor número de indivíduos multidimensionalmente pobres (24%) é o mais bem localizado na cidade, o que reflete nos resultados finais. Em seguida vem os setores I, III e IV com 31%, 41 e 47% de pessoas privadas, respectivamente. O setor V tem o maior grau de privação com cerca de 50% da população entrevistada na faixa de multidimensionalmente pobre. Este setor se encontra mais isolado dos demais sendo formado em sua totalidade por bairros oriundos de programas sociais de habitação.

A pobreza está diretamente relacionada ao território e sua composição. A cidade de Varginha apresenta uma realidade socioeconômica entre o público-alvo diversa, com diferentes necessidades dos entrevistados conforme o local residido. Nas áreas mais bem localizadas do município, os setores de menor IPM são, em tese, coerentes com uma realidade socioeconômica relativamente mais adequada, devido ao maior número de habitantes, tendo suas necessidades básicas devidamente atendidas.

Por fim, o estudo aqui apresentado aponta para a necessidade de que as políticas públicas de combate à pobreza não centrem apenas em questões de insuficiência de renda. Diante de um contexto de bases já estabelecidas, seria de grande importância investir em ações localizadas em pontos esquecidos do município, uma vez identificados onde se concentram os fatores limitantes ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hélio Romito De. **Pobreza Urbana**. [S. l.], p. 25–36, 1975.

AMARAL, Pedro Vasconcelos; LEMOS, Mauro Borges; CHEIN, Flavia. Disparidades regionais em Minas Gerais: uma aplicação regional de análise multivariada. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 28, n. 54, p. 313-344, set. 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os Níveis Hierárquicos Das Cidades Médias De Minas Gerais. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S. l.], v. 13, n. February, 2007. DOI: 10.5380/raega.v13i0.7784.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente; SANTOS, DENIS PAULO DOS. **Pobreza nas cidades**. [S. l.], 2001.

BARROS, Ricardo Paes De; CARVALHO, Mirela De; FRANCO, Samuel. Pobreza Multidimensional e Educabilidade no Brasil. **Texto de Discussão IPEA**, [S. l.], v. 1227, n. 1992, p. 241–258, 2006. Disponível em: <https://ideas.repec.org/cgi-bin/htsearch?cmd=Search!&db=&de=&dt=range&fmt=long&m=all&np=8&ps=50&q=multidim>

ensional+poverty&s=R&sy=1&ul=&wf=4BFF%5Cnhttp://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: O exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 24, n. 16, p. 268–288, 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. RBCS Vol. 15 no 42 fevereiro/2000

BOGNIOTTI, Gláucia Maria Côrtes. **Cidades médias brasileiras**: que perfil é esse? Dissertação de Mestrado, [S. l.], p. 239, 2018.

CAMPELLO T. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americana de Ciências Sociais; 2017.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Texto para discussão no 1332. IPEA. Brasília, abril de 2008

CONTE, Heloiza. Cidades Médias: Discutindo o Tema. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 45–61, 2013.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–12, 2002. DOI: 10.1590/s1676-56482002000200003.

CAMARA, Guilherme Dornelas. **Formação técnica e empregabilidade em programas sociais**: a experiência do programa bolsa família e do pronatec em uma cidade da fronteira Brasil-Uruguaí. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3993/399365005037/html/>. Acesso em 28/05/2022.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 35–64, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro**: desafios e oportunidades. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, [S. l.], n. Texto para discussão, 471, p. 29, 2013.

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Definição E Mensuração Da Pobreza : Algumas. **Definição E Mensuração Da Pobreza: Algumas Considerações Sobre O Debate Recente**, [S. l.], p. 1–15, 2012.

FAHELM, Murilo; TELES, Leticia Ribeiro. **Medindo a pobreza multidimensional do estado de Minas Gerais, Brasil**: olhando para além da renda, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 386–416, 2018.

FERREIRA, Natânia Silva. **Elite agrária e processo de urbanização**: o município de Varginha-MG (1882-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, [S. l.], p. 233, 2017.

FRANÇA, I. S. De; SOARES, B. R. Rede urbana regional, cidades médias e centralidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 169–185, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1967

- KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 79–112, 2016.
- LANA, Tonyedson Pereira e. **Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e desigualdade de renda no Brasil [manuscrito]** / Tonyedson Pereira e Lana. – 2013. 238 f. : il., gráfs. e tabs.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** [s.l: s.n.]. DOI: 10.1038/n1224.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MATTOSO, Jorge. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 213–243, 1998.
- MINAS GERAIS, secretária de planejamento e. **Gestão. Caderno regional do sul de minas.** [S. l.], p. 283, 2014.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Texto para Discussão N° 281: **O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo.** [S. l.], p. 14, 2006.
- NAHAS, Maria Inês Pedrosa; PEREIRA, Maria Aparecida Machado; ESTEVES, Otávio de Avelar; GONÇALVES, Éber. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, [S. l.], p. 20, 2006.
- PINHEIRO, Karisa. Bases Teóricas Gerais Sobre Urbanização no Brasil. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S. l.], v. 9, n. 15, p. 8, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1006>.
- POCHMANN, Marcio. Structural trends in the world of work in Brazil. **Ciencia e Saude Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 89–99, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020251.29562019.
- RAITANO, Felipe Camargo; RIBEIRO, Marcelo Gomes; FEDOZZI, Luciano Joel; RIBEIRO, Marcelo Gomes; CLEMENTINO, Livramento M. **Pobreza : conceitos e métodos** Luciana Correa do Lago. [S. l.], 2019.
- RESENDE, Guilherme Mendes. O crescimento econômico dos municípios mineiros tem sido pró-pobre? Uma análise para o período 1991-2000. **Nova Economia**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 119–154, 2008. DOI: 10.1590/s0103-63512008000100005.
- ROCHA, S. **Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil.** Empreende.Org.Br, [S. l.], 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrasil/capitulo04.pdf%5Cnhttp://www.empreende.org.br/pdf/Programas e Políticas Sociais/Linhas de indigência e pobreza no Brasil.pdf%5Cnhttp://empreende.org.br/pdf/Programas e Políticas>.
- RODRIGUES, Helen Ribeiro. **As novas tendências urbanísticas decorrentes das inovações no setor industrial e de logística nas cidades médias: varginha-mg e seu entorno.** Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae., [S. l.], p.

176, 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Ed Usp, [S. l.], v. 1, p. 01–174, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, F.; REIS, J. G.; URANI, A. **Reformas no Brasil: Balanço e Agenda**, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2004, p. 481-504.

SEN, A. K. *Development as freedom*. New York: Anchor Books, 2000

SILVA, Dario Rodrigues Da. Índice de pobreza multidimensional no Brasil de 2001 a 2015: uma aplicação da Metodologia do PNUD aos dados da PNAD IBGE. **Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, [S. l.], p. 6, 2017.

SIMÕES, Cassiana Ferreira; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. A relação entre a escolaridade e a pobreza: uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, vol. 4, n. 2, p. 21-43, Abril-Junho, 2018 - ISSN 2447-3944

SIQUEIRA, Maria da penha smarzaro. **Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro ***. [S. l.], v. 25, p. 215–234, 2010.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais***. [S. l.], p. 1–25, 2008.

SOLYMOS, G. M. B. **Vencendo a desnutrição**: abordagem psicológica. Colaboradores Selma Tamburi de Freitas, Cristiane Andó Marinotti ; 2. ed. São Paulo; Salus Paulista, 2004. -- (Coleção vencendo a desnutrição / organizadoras da coleção Gisela Maria Bernardes Solymos e Ana Lydia Sawaya).

STAMM, Cristiano; WADIR, Yonissa; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 66–91, 2010. DOI: 10.17058/redes.v15i2.1019.

VARGINHA, Secretária municipal de habitação e desenvolvimento social. **Plano municipal quadrienal de assistência social do município de Varginha -MG 2017 / 2020**. [S. l.], 2017.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. Cidades médias: Uma abordagem a partir da dimensão política da leitura econômica. **Journal of Controlled Release**, [S. l.], v. 156, p. 181–188, 2011.

VIEIRA, Carine de Almeida.; KUHN, Daniela Dias.; MARIN, Solange Regina. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], v. jan./jun., n. 48, 2017.

VIEIRA, Crístiele De Almeida; MORAES, Diogo Alberto De; PUCHALE, Caroline Lucion; UBERTI, Bianca; OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos De; MARIN, Solange Regina. Pobreza multidimensional: um estudo de caso das privações básicas na região nordeste de Santa Maria/RS. **Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 30, p. 3, 2018. DOI: 10.5902/1414650934253.

